



Negócios & FINANÇAS

17 NOV 1992

Rio de Janeiro — Terça-feira, 17 de novembro de 1992

ÍNDICE

Casa Própria	2
Internacional	2
Informe Econômico	3
Petrobrás	3
Cotações das bolsas	4 e 5
Vasp	7
Informática	8 a 10
Não pode ser vendido separadamente	

Governo descarta o congelamento

■ Equipe econômica submeterá a Itamar plano de curto prazo sem controle de preço mas com mudança em salário e tarifas

BRASÍLIA — O plano de curto prazo do governo Itamar Franco, que será apresentado pela equipe econômica ao presidente ainda nesta semana, afasta a possibilidade da volta do controle de preços, muda a lei salarial para que aumente o poder de compra das pessoas, descarta a prefixação de preços e altera a política de tarifas públicas (reajustes menores, mas sem afetar as estatais). Depois de quatro horas de reunião dos ministros da área econômica, o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, garantiu que o plano "não terá nenhuma medida provisória e nenhum congelamento de preços". Com essas definições, que serão aplicadas até o final do governo Itamar, o governo espera que o mercado se acalme e não seja iniciado qualquer movimento de remarcação de preços.

A idéia é retomar o crescimento da economia lentamente, através do aumento da compra de bens e serviços pela população. Depois do ajuste, o governo fará proposta para uma nova lei salarial, a ser votada pelo

Congresso. Antes do ajuste, os juros continuarão "reais e positivos" e cairão gradualmente, assim que o ajuste for aprovado pelo Congresso e entrar em vigor. "Os juros serão declinantes à medida em que o ajuste fiscal for bem-sucedido", afirmou o ministro Haddad.

O plano terá cinco grandes capítulos. O primeiro reafirma compromissos básicos, como a continuação da abertura da economia, mudanças na privatização, repúdio a choques econômicos, apoio à renegociação da dívida acertada pelo ex-ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e manutenção dos projetos de desregulamentação. O segundo capítulo tratará dos problemas econômicos estruturais, como a Previdência Social, a renegociação da dívida dos estados, solução para a crise da Caixa Econômica Federal, do Fundo de Variação de Compensações Salariais (FCVS) e do FGTS. O terceiro capítulo tratará da política monetária (em destaque os juros); o quarto abordará a política salarial e o quinto tratará das tarifas públicas.



Haddad (C) reuniu-se com Barelli (E) e Krause (D) durante quatro horas e anunciou o plano que o presidente receberá esta semana

Brasília — Josemar Gonçalves